TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

GUILHERME GALDO RUCHAUD[1];
LOUISE PRADO ALFONSO[2]

[1]Universidade Federal de Pelotas – guircuhaud@gmail.com
[2]Universidade Federal de Pelotas – louise_turismo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

As inúmeras formas de conflitos que irrompem cotidianamente nas cidades são, em vez de casuísticas, elementos constitutivos das sociedades, caracterizadas pela coexistência de diferentes visões de mundo e interesses, e que, no meio urbano, construção coletiva ininterrupta, encontram condições para intensificar-se (ARANTES et al, 2002). Diferentes coletividades disputam a legitimidade de suas ideias e visões, que lhes autoriza a exercê-las. Nesse sentido, legitimidade é poder – poder de praticar determinadas ações que interferem nas relações entre si com outros grupos, bem como desses com o conjunto da sociedade (ARENDT, 1994).

A busca por essa legitimidade se dá no âmbito da disputa entre narrativas diversas, em que a realidade é construída e reconstruída de modo que se obtenham verdades conflitivas entre si. Essa disputa está presente no fundo de quase todos os conflitos que compõem a cidade, e algumas dessas narrativas contam com o privilégio do acesso aos dispositivos de construção dos discursos oficiais, e se constituem como as ideias dominantes daquela sociedade naquele período (CHAUÍ, 1981). Assim, alguns grupos conseguem impor suas narrativas, respaldados por esses dispositivos, legitimando suas ações e deslegitimando outras. Essa disputa, no entanto, segue bem viva, e os diferentes atores componentes das cidades continuam exercitando e construindo suas próprias verdades, em mais ou menos consonância com aquelas dominantes.

Neste trabalho pretende-se um ensaio de visibilização das narrativas, de grupos deslegitimados ou em processo de exclusão, sobre si e sobre a cidade, relacionando-as com os discursos oficiais. O recorte físico-espacial escolhido possui características relevantes para esse debate, por se tratar de uma comunidade periférica de ocupação quase centenária localizada no Morro da Cruz, na área central de Florianópolis/SC, e que, embora partícipe ativa da construção da materialidade do que se entende por “centro histórico”, com o qual faz fronteira, não possui o reconhecimento das entidades ligadas ao patrimônio cultural, importante dispositivo que opera na construção de narrativas e legitimidades. Trata-se do Monte Serrat, comunidade que possui uma grande riqueza de histórias e versões, muitas vezes também conflitivas entre si, contadas e recontadas por moradoras/es e instituições, e pouco conhecidas da maior parte da cidade.

2. METODOLOGIA

O trabalho se dá pela sobreposição de diferentes incursões a campo: uma primeira série realizada em 2015, durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arquitetura e Urbanismo do autor, agora revisitadas sob o olhar da matriz disciplinar da Antropologia, e de novas visitas feitas em 2017, apoiadas em métodos para a construção de uma “etnografia consistente” (PEIRANO, 2014), que “considera a comunicação no contexto da situação” (Id) e “transforma, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso nas pesquisas de campo, transformando experiência em texto” (Id). Nesse

sentido, a própria possibilidade de estranhamento e as ideias prévias e estereótipos que se tem a respeito da comunidade, “pelo simples fato de também operarem (...) nos discursos e práticas daqueles que nasceram nos territórios pesquisados” (FELTRAN, 2010), devem, por si, ser consideradas como variáveis de observação.

A essas observações soma-se uma revisão bibliográfica de temas demandados a partir do próprio campo, em que se cruzam as narrativas observadas com discussões sobre Antropologia Urbana, como em Magnani (2001; 2009; 2010), Peirano (2014) e Feltran (2010), entre outros; e sobre o desenvolvimento das cidades brasileiras, como em Villaça (2001), Arantes, et al (2002), entre outros que abordem temáticas mais específicas que podem demandar leituras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O momento atual, após algumas incursões a campo e novas leituras de dados obtidos em outro momento, é de reajuste de foco. Novas variáveis se apresentam como relevantes, e se sobrepõem a outras que já haviam sido percebidas, algumas agora se diluindo em conceitos mais amplos decorrentes da revisão bibliográfica.

As principais temáticas a serem trabalhadas encontram-se quase todas em conflitos entre narrativas dentro da própria comunidade, a qual pode ser entendida, em sua complexidade, também como constituída pelas mesmas disputas presentes nos conjuntos da cidade e da sociedade, ainda que em menor escala. Entre essas temáticas, são quase onipresentes questões como a relação histórica com o Estado, uma noção muito variável de “senso de comunidade”, principalmente por meio do relato de conquistas históricas muito apoiadas na materialidade, a autonomia local e as interfaces com o entorno urbano. Outras temáticas são restritas a determinados grupos, como questões identitárias. Temáticas frequentemente associadas à comunidade pela mídia local, como a violência e os problemas ambientais, tem muito pouco destaque nas falas obtidas até aqui, e também isso deve ser considerado um objeto de estudo.

Essas temáticas possuem, por si só, aspectos conflitivos entre grupos, que se diferenciam por engajamento comunitário, geração e filiação política. Moradoras/es mais antigas/os, que participaram ativamente da construção da materialidade da comunidade tal como a entendemos hoje, possuem discursos de autonomia que, paradoxalmente, frequentemente invocam a figura do Estado, como entidade que cedeu à pressão da comunidade no que se refere aos serviços públicos como calçamento, água, luz, esgoto, saúde, educação e transporte público, esse particularmente importante. No entanto, mesmo assim os discursos dão enfoque à autogestão, relatando a autoconstrução, processo em que as casas e espaços públicos são construídos coletivamente, muitas vezes em regime de mutirão, e que cria laços e redes de solidariedade, coadunando com autores que lidaram com a temática da formação das periferias brasileiras, como Maricato (1979) e Magnani (2009).

Essas mesmas temáticas aparecem em discursos de moradores mais jovens, engajados em lutas comunitárias, mas com enfoques totalmente distintos, relacionando-se com frequência com a questão da identidade negra, largamente predominante na comunidade. Nesses discursos, o Estado aparece menos como um meio de obtenção de conquistas, dando lugar à autonomia e ao empoderamento da comunidade, termo apropriado pelas novas gerações. Há que se ressalvar, no entanto, que o contato com esses moradores mais jovens se deu de forma muito limitada em comparação àquele com os demais. Foi possível

observar uma postura de relativa cautela desses atores quanto à minha presença, bem como à de representantes da universidade ou de outras entidades externas à comunidade. Esse é um elemento que, no entanto, demanda mais estudos.

As relações percebidas entre a comunidade e o entorno da cidade também possuem variações interessantes. Em um primeiro momento, principalmente até os anos 1960, a exclusão do Monte Serrat com relação ao Centro era enfrentada como um obstáculo. É sintomático que uma comunidade constituída em torno do caminho que levava ao reservatório de água histórico, construído em 1909 – e que por isso também é conhecida como Morro da Caixa – não tenha tido acesso à água encanada até há poucas décadas. A relação estabelecida entre o Monte Serrat e o entorno urbano era basicamente de prestação de serviços, notadamente na forma das lavadeiras, frequentemente citadas pelos mais antigos, que lavavam roupa pra fora durante todo o dia nas nascentes de água do topo do morro, e também de trabalhadores de outras áreas que se dirigiam diariamente ao Centro da cidade. O carnaval representava um raro momento em que a fronteira se diluía, principalmente por meio da Copa Lord, escola de samba histórica e multicampeã do carnaval florianopolitano. A essas forma de relação, no entanto, somava-se então outra, de reivindicação junto ao Estado por serviços básicos, mas, mais do que isso, pela reprodução da lógica da cidade formal, na qual as pessoas trabalhavam diariamente. Essa não é uma característica contraditória com a autonomia sempe reiterada, já que essa mesma autonomia produziu muitas vezes arquiteturas e espacialidades que tinham como referência as construções do Centro da cidade, evidente inclusive nos muros baixos de muitas das casas. De fato, nas vias principais do bairro hoje o estranhamento é dificultado pela existência das casas de alvenaria, muros de contenção, ruas asfaltadas e outros elementos materiais.

De lá pra cá, as fronteiras entre o Monte Serrat e o restante do Centro se diluíram. Entidades de caridade, religiosas ou não, e do Estado, como o posto de saúde e a escola, subiram o morro nas últimas décadas; obras do PAC tornaram a antiga trilha que atravessava o Morro da Cruz uma estrada estruturada, denominada Transcaieira, e que permite que motoristas indispostos a enfrentar os congestionamentos diários cruzem do Centro para a Trindade ou vice-versa pelo morro, invadindo esse território no interior de seus veículos, frequentemente em alta velocidade. A diluição do território do bairro em um período que coincide com a "perda de protagonismo político por parte dessas instituições [associações de bairro]" (SILVA, 2015) trouxe novas formas de conflitos, que se observam em discursos que questionam a abertura da Transcaieira e mesmo a atuação das entidades de origem externa junto à comunidade. Nesse sentido pode-se perceber "culturas identitárias em formação" (AGIER, 2001), e a busca por elementos materiais que vão nesse sentido, como um notável incremento em pinturas murais na linguagem do grafite em muros do bairro.

A existência de elementos materiais considerados de valor para a comunidade foi confirmada, em que esses elementos são quase sempre revestidos de um discurso de lutas e conquistas para justificar seu valor, como a sede da Copa Lord e a igreja, construídas em mutirão, assim como a abertura e pavimentação das próprias ruas, em interface com o Estado, e a escola e o posto de saúde, obras feitas pelo poder público. Essa premissa, que esteve na origem do trabalho, passou a se diluir nas temáticas mais abrangentes, e a ganhar novos significados conforme o desenvolvimento das etnografias e revisões bibliográficas.

4. CONCLUSÕES

Como era de se esperar, as recentes incursões a campo trouxeram alguns novas variáveis, em parte devidas ao ingresso na Antropologia, que oferece novos elementos e olhares. Uma leitura de temas referentes a essas variáveis se faz necessária, tanto no que se refere à história oficial da cidade e da comunidade como de outros autores que trabalharam temáticas similares, particularmente no campo da Antropologia Urbana. O objetivo do trabalho, de construir modos de visibilizar narrativas que não compõem os discursos oficiais, dá indícios de que poderá ser cumprido com êxito, mas demanda um aprimoramento das técnicas e métodos relativos ao trabalho de campo. Eventualmente será necessário um ajuste de foco que permita um recorte temático mais restrito, mas isso só será possível conforme o trabalho avance, e nesse sentido o campo ganha importância fundamental.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). A Cidade do Pensamento Único. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 192 p.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume-Dulmará, 1994

CHAUÍ, Marilena. O Que é Ideologia. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 125 p.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. Revista de Antropologia, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2010. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37711/40440.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf.

MARICATO, Ermínia (Org.). A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-omega, 1979. 166 p.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf.

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo. A transformação da política na favela: desconstruindo a “ausência do Estado”. Antropolítica, Niterói, n. 38, p. 299-319, 2015. Disponível em: http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/343/207.

VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis: Memória Urbana. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes Publicações, 2010. 463 p.